

O papel do residente na produção do espaço turístico em Natal

Karina Messias da Silva¹

Maria Aparecida Pontes da Fonseca²

Resumo: Comumente os trabalhos existentes sobre turismo têm dado pouca ênfase à atuação do residente diante da atividade turística, especialmente quando os estudos abordam os agentes produtores do espaço turístico. Considerando-se que a turistificação de Natal tem acentuado problemas de ordem socioambiental interferindo, inclusive, nas práticas de lazer da população local, o objetivo desse artigo é analisar a participação dos residentes enquanto agente produtor do espaço turístico natalense. Verificou-se que os residentes participam do processo de urbanização turística de duas formas: passivamente e ativamente. O estudo vem a corroborar com a importância da participação do residente no processo de planejamento turístico uma vez que ele é um agente fundamental para a sustentabilidade das destinações turísticas.

Palavras chave: Natal (RN). Turistificação. Planejamento Participativo. Sustentabilidade. População residente.

Introdução

O modelo de Turismo desencadeado no Nordeste Brasileiro, como também na cidade de Natal, tem desencadeado uma especialização dos espaços para a recepção do fluxo turístico internacional. As políticas públicas locais e regionais têm influenciado fortemente na concepção desse modelo, propiciando a ampliação e melhorias infraestruturais nas áreas eleitas para a efetivação da atividade.

Na medida que esses espaços se qualificam verifica-se uma tendência à intensificação de problemas de natureza socioambiental (a prostituição, a violência, a poluição das praias, entre outros), problemas estes que se acentuam ainda mais com a desterritorialização dos residentes de suas áreas de lazer na medida em que a urbanização turística assume uma maior

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: karinatrn@yahoo.com.br

² Departamento de Geografia /Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: mariapontes@cchla.ufrn.br.

magnitude. Sendo assim, o objetivo desse artigo é analisar a participação dos residentes enquanto agente produtor do espaço turístico natalense, observando suas ações e reações em relação à territorialização turística de suas áreas de lazer.

Tal estudo se reverte de uma linha de pesquisa de grande importância, pois se trata de uma vertente da atividade turística direcionada para o residente, considerando este um agente importante para a sustentabilidade dos espaços turísticos. Comumente os trabalhos existentes sobre a temática do Turismo têm dado pouca ênfase à atuação do residente diante da atividade turística e de seus desdobramentos na produção do espaço.

O recorte temporal do trabalho define-se pelo início dos anos 2000 aos dias atuais, período em que ocorre uma intensificação no processo de urbanização turística em Natal decorrente da internacionalização da atividade no estado potiguar, resultando no aumento do fluxo de turistas e investimentos estrangeiros. O recorte espacial abrange as quatro praias da cidade de Natal: as Praias do Centro, a Via Costeira, Ponta Negra e Redinha.

Com relação aos procedimentos metodológicos que possibilitaram a realização da pesquisa, optou-se pela aplicação de questionários junto à população local, no período de janeiro a maio de 2007. Os questionários foram aplicados junto aos moradores da cidade (totalizando 116 pessoas), englobando, nessa amostra, residentes de várias camadas sociais, distribuídas nas quatro Regiões Administrativas da Cidade. Foram utilizados também dados secundários obtidos nos seguintes órgãos governamentais: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IDEMA/RN (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte); SEMURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo); SEBRAE/RN (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte); CEFET/RN (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte).

O residente enquanto agente produtor do espaço turístico

Na produção do espaço turístico, Knafou (1996) identifica a existência de três fontes de turistificação dos espaços, a saber: os turistas, o mercado e os planejadores turísticos. Tais agentes são os principais responsáveis na transformação de uma localidade em uma destinação turística, imprimindo características específicas ao espaço produzido, segundo o modelo turístico adotado.

No entanto, quando nos referimos especificamente ao processo de transformação do espaço desencadeado pela turistificação do lugar, além dos três agentes destacados por Knafou, ocorre a participação de um outro segmento fundamental para compreendermos a natureza dos espaços turistificados: os residentes.

Os residentes podem participar da produção do espaço turístico de formas distintas: ativamente, quando se manifesta através dos movimentos sociais e como cidadãos que cobram e exigem seus direitos, ou passivamente, quando aceitam as determinações dos agentes turísticos hegemônicos (Estado e o mercado) e, de forma omissa, compactuam com a racionalidade dos atores que imprimem a lógica que deve pautar a produção da destinação turística.

Ao analisar a produção do espaço na cidade, Carlos (1984, p.86) identifica que “a produção espacial realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar num momento específico”. Ou seja, os espaços na cidade também são produzidos através do cotidiano das pessoas em suas atividades.

Neste trabalho procuramos ressaltar o papel do residente enquanto agente produtor, sendo este co-responsável pelo modelo turístico urbanístico que vem sendo desenvolvido em Natal. No entanto, devemos considerar que na produção dos espaços turísticos local, o poder público e o mercado (segmento empresarial) assumem relevância em relação aos demais agentes (FONSECA, COSTA, 2004; CRUZ, 2007). São eles que, juntos, impulsionam a concretização da atividade nos territórios. Cabe salientar que a formação de parcerias entre ambos tanto pode acarretar o fortalecimento do turismo enquanto atividade econômica, como gerar parcerias que possam se desdobrar em ações para a elaboração de projetos de preservação ambiental.

Inseridas nessas ações, também podem ser incluídas aquelas que se volta para a responsabilidade social, não se restringindo apenas em garantir os interesses dos empresários turísticos, nem em gerar divisas aos cofres públicos, mas que respeitem os direitos básicos dos cidadãos, inclusive o direito básico ao lazer. A seguir, abordaremos as formas de inserção dos residentes de Natal na produção do espaço turístico local.

O papel do residente diante da urbanização turística em Natal: inserção passiva e inserção ativa

No processo de urbanização turística em Natal, os espaços públicos da orla são alvos preferenciais dos agentes do mercado turístico para a produção da atividade turística e, coincidentemente, esses espaços também constituem áreas de lazer para o conjunto da população local. Assim, mesmo se sendo em espaços turísticos, os moradores locais também participam de sua produção, realizando suas atividades de lazer, demandando obras infraestruturais e outras medidas preservacionistas, ou inclusive se retirando das áreas praianas mais turisticadas.

Este trabalho optou por relacionar a produção espacial e o residente, considerando-se duas situações: 1- a população se torna um agente passivo, caracterizando-se pela omissão no processo de produção do espaço turístico. O residente abandona seus espaços de lazer e, nesse caso, sua saída também se reverte numa forma de produzir o espaço, na medida em que essa ação potencializa a inserção de outros grupos nos espaços de lazer; 2- a população se torna um agente ativo, quando a sociedade civil organizada não compartilha com a lógica capitalista excludente de ações governamentais distantes dos interesses sociais, verifica-se uma tendência de organização de movimentos sociais na defesa de seus interesses.

A inserção passiva

A atuação da população em relação à defesa de seus espaços de lazer se reverte em uma situação em que a maioria dos residentes assume uma atitude passiva. Podemos analisar esse comportamento sobre os seguintes aspectos: em primeiro lugar, no planejamento turístico não é muito comum considerar a participação da população nas tomadas de decisões, seja por negligência dos agentes turísticos (Poder Público e o dos agentes do mercado turístico), seja por uma atitude hegemônica, isto é, em não inserir deliberadamente a população na esfera do planejamento turístico.

Em segundo lugar, existe o conformismo de parcela significativa da população em não buscar medidas reivindicatórias para manutenção e preservação de suas áreas de lazer. Devemos analisar também que a atitude de passividade da população vem do descrédito em o

poder público vir também considerar os interesses dos moradores (CORIOLANO; SILVA, 2005).

A atividade turística se concretiza cada vez mais na cidade associada a uma intensa transformação socioespacial nos locais turistificados, devido à construção e ampliação dos equipamentos turísticos pelos agentes do mercado turístico e pelo poder público, intervenções espaciais estas que se revertem no crescimento do número do fluxo e da receita turística.

No entanto, quando se trata de decisões pertinentes à expansão da atividade e dos efeitos negativos que a atividade é passível de causar ao meio ambiente e aos espaços públicos, os residentes são excluídos desse processo de planejamento, sendo pouco considerado os efeitos que desse processo no cotidiano da população local.

Para reforçar a ausência de mecanismos e ações por parte do Poder Público na inclusão da participação do residente junto ao planejamento turístico, observamos que, em sua grande maioria, a população entrevistada respondeu que nunca foi consultada (93,7%) pelo poder público sobre planejamento dos espaços turísticos.

A pouca expressividade dos residentes em relação às formas de protestos diante de tais problemas tem levado muitos a optar por outro tipo de atitude, ou seja, o afastamento das áreas turísticas, como uma forma de protesto silencioso, que vem sendo seguido por alguns residentes. Assim, a escolha por esse tipo de protesto faz do residente um agente passivo, diante da degradação de suas áreas de lazer.

A inexistência de um planejamento participativo na atividade turística reforça a lógica dessa produção espacial que tende a privilegiar o visitante em detrimento da população local, pois, na gestão da atividade turística prevalecem as ações do poder público e dos agentes do mercado turístico, que comandam de forma hegemônica a atividade, excluindo a possibilidade de considerar o residente enquanto agente ativo e participante da gestão do espaço turístico.

Os resultados do estudo convergem para a confirmação de que a maioria da população local vem desenvolvendo atitudes passivas diante dos efeitos negativos que a atividade tem proporcionado ao ambiente público das praias urbanas.

Na medida em que as praias de Natal passaram a ser freqüentadas mais intensamente pelos turistas, os problemas de ordem socioambiental também se intensificaram, resultando na saída gradual dos residentes das praias. Os motivos que tem contribuído para o descontentamento e a saída dos residentes das praias são: Poluição (18,1%), Prostituição (17,2%), e Preços dos Produtos e dos Serviços (16,4%), Violência/Insegurança (14,7%),

Deficiência na Infraestrutura (10,3%) e Dificuldade de acesso (2,6%). Na pesquisa, identificamos que 19,6% dos residentes entrevistados estão transferindo suas práticas de lazer para as praias localizadas em outros municípios: Parnamirim (Pirangi, Cotovelo), Nísia Floresta (Pirangi do Sul, Búzios e Tabatinga), Extremoz (Praia de Pitangui), Ceará-Mirim (Praia de Muriú) e o Município de Touros.

Com o objetivo de caracterizar melhor os residentes que passaram a freqüentar praias fora de Natal, fizemos uma correlação com os níveis salariais. Os dados obtidos mostram que não são apenas os residentes pertencentes às classes sociais mais favorecidas que estão transferindo suas práticas de lazer para outros municípios. O mesmo está se dando com as classes populares. Dessa forma, alguns residentes optam por se ausentarem das praias de Natal, como forma de protesto ou por simples reação involuntária.

Consideramos que essa atitude dos residentes, enquanto atores sociais, repercute no processo de produção espacial. Esse tipo de reação facilita e intensifica o surgimento de outros grupos sociais nos espaços turísticos, desencadeando novas formas de territorialidades, como é o caso da prostituição, do tráfico de drogas, entre outros.

Nesse sentido, conforme as palavras de Coriolano e Silva (2005, p.144), “A sociedade enfrenta e partilha desse processo hegemônico de forma subordinada, e, embora sendo maioria, tem sempre menor poder de decisão, apesar de exercer pressão política em determinados momentos”.

A omissão ou a passividade dos moradores, diante dessa produção espacial excludente, embora se processe numa realidade que esbarra no poder hegemônico dos agentes turísticos (empresários e Poder Público), dificulta ainda mais a possibilidade de inserção do residente nesse processo.

A inserção ativa

No processo de urbanização turística em Natal, a sociedade civil começa, mesmo que timidamente, a se posicionar de maneira crítica diante da turistificação dos espaços de lazer na cidade, originando movimentos sociais que lutam contra essa intensa produção e valorização espacial motivada pelo crescimento da atividade turística, que é responsável por uma forte especulação imobiliária sobre áreas ambientalmente frágeis (Áreas Dunares, áreas protegidas

por lei) e por provocar problemas de ordem socioespaciais e ambiental (segregação socioespacial, poluição, prostituição, violência.).

Neste contexto, o estudo mostrou que uma pequena parcela dos residentes entrevistados está engajada em algum tipo de manifestação contra os problemas de natureza socioambiental evidenciados nas áreas onde o processo de turistificação intensificou-se, ou seja, a partir do momento em que houve um aumento do número de turistas, principalmente do turista estrangeiro.

Dos resultados obtidos junto aos entrevistados, no que se refere às reações dos residentes em defesa dos seus espaços de lazer que passam pelo processo de turistificação, no sentido de combater os problemas socioambientais, apenas 31% dos residentes disseram se manifestar de alguma forma (mobilizando a sociedade, fazendo passeatas, divulgando na imprensa, dentre outros) enquanto 68,1%, ou seja, a maioria dos entrevistados, responderam que não se manifestam.

A intensificação da atividade turística na cidade de Natal recai sobre intervenções urbanísticas que incidem sobre o meio ambiente, provocando a inquietação de alguns segmentos da sociedade. Somando-se a esse quadro, tem-se a atuação do poder público diante do processo de urbanização turística, que tende a relegar certos espaços da cidade aos interesses dos agentes turísticos, em detrimento dos interesses do residente.

Em Natal, os primeiros movimentos reivindicatórios em defesa do meio ambiente surgiram no final da década de 1970, período no qual a atividade turística começava a ser implementada na cidade, com intervenções urbanísticas em áreas que apresentavam frágil caráter ambiental.

Foi assim com o Projeto do Parque das Dunas / Via Costeira (PD/VC), idealizado no final da década de 1970 e início de 1980, quando uma via foi construída entre uma área dunar, considerada local de proteção ambiental, para a implementação de uma cadeia hoteleira de grande porte. O movimento era formado por profissionais liberais e ambientalistas que reagiam contra a localização desse megaprojeto turístico, alegando o forte impacto ambiental que poderia ser provocado na área. Para Lopes Júnior (2000, p.130), esse movimento social foi considerado, até aquele momento, o “mais importante movimento social relacionado à questão ambiental em Natal e o que mais produziu reordenações positivas nas intervenções ambientais dos governantes locais”.

A reação de segmentos sociais contra o Projeto PD/VC obteve resultados significantes para a cidade, embora, a luta não tenha impedido a construção do megaempreendimento turístico. Entre suas perdas e conquistas, os ambientalistas conseguiram que os empresários turísticos redefinissem seus objetivos iniciais e inclusive que o poder público criasse uma reserva ecológica para a preservação do ecossistema daquela área - o Parque Estadual das Dunas³ -, considerado uma vitória significativa para os ambientalistas (LOPES JÚNIOR, 2000).

Após a luta contra a construção da Via Costeira, ainda na década de 1980, outro movimento se aquecia, agora para impedir o avanço da especulação imobiliária que incidia sobre um outro espaço de lazer na cidade: Praia de Areia Preta (uma das praias incluídas no conjunto Praias do Centro). Essa luta tinha o intuito de dificultar a construção de espigões na orla da praia. O movimento era composto pelos moradores locais, dentre os quais se destacavam “entidades estudantis, igreja católica e algumas das personalidades públicas que haviam se envolvido com a luta anterior contra o projeto Via Costeira” (LOPES JÚNIOR, 2000, p.131).

Em meados da década de 1990, com a expansão da urbanização turística, alguns movimentos sociais passam a reivindicar o direito ao espaço público da orla, na medida em que alguns empreendimentos hoteleiros se apropriaram de áreas próximas ao bairro de Mãe Luíza, dificultando o acesso às Praias do Centro para os moradores do bairro.

Mas, diante dos impasses travados entre ambientalistas e empresários imobiliários, a luta representou ganhos, mais precisamente para os empresários, beneficiando-se da legislação urbanística da cidade, uma vez que essa torna possível a verticalização em apenas um único trecho da orla urbana, mais precisamente na Praia de Areia Preta.

As conseqüências da verticalização desse trecho da orla foram consideradas como uma falta de respeito para com os marcos históricos da Cidade (o Farol de Mãe Luíza), encobrindo a paisagem e agravando a situação de risco de várias famílias que há anos viviam na encosta localizada por trás dos prédios, onde se localiza o bairro de Mãe Luíza (SILVA, M.F. 2007).

³ O Parque Estadual Dunas de Natal é uma Zona de Proteção Ambiental (ZPA), que pela diversidade de sua flora, fauna e das belezas naturais, constitui importante unidade de conservação destinada a fins educativos, recreativos, culturais e científicos (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, SEMURB, 2005).

No decorrer do ano de 2006, outro movimento em defesa do meio ambiente desponta na cidade. O alvo dessas reivindicações recai sobre a construção de empreendimentos imobiliários próximos ao Morro do Careca, detentor de um alto valor sentimental para os residentes, localizado na praia de Ponta Negra.

O Morro do Careca é considerado um dos principais cartões postais da cidade, representando forte apelo publicitário para o turismo. Nesse contexto, essa paisagem natural tem despertado o interesse do setor imobiliário, que a utiliza como recurso mercadológico, seguindo uma tendência do mercado em atrair um público que prefere morar próximo à natureza, sendo que o porte dos empreendimentos pode vir a comprometer a visualização de uma das mais belas praias de Natal.

Foi então que o movimento denominado de *S.O.S Ponta Negra*⁴ foi criado, contando com a participação de ambientalistas, profissionais liberais, estudantes, entre outros segmentos da sociedade civil. O movimento tenta dificultar a construção desses empreendimentos imobiliários em uma área de proteção ambiental, como também impedir que a população local seja atingida pela forte especulação imobiliária.

O movimento *S.O.S Ponta Negra* conseguiu, com a sua luta e reivindicações, fazer com que o poder público embargasse as obras de tais empreendimentos, como também discutir a criação de áreas não edificantes para o bairro de Ponta Negra.

Diante de todos esses movimentos que vêm provocando uma inquietação em parte de uma parcela da população, inicia-se uma discussão acerca da intensa produção espacial para fins turísticos, a qual vem seguindo um modelo de urbanização, que se reverte numa produção espacial que tende a deixar de lado tanto as questões ambientais importantes quanto os interesses da população.

O ressurgimento dos movimentos sociais em Natal mostra que a sociedade não está totalmente apática com relação à defesa dos seus interesses. Mesmo diante do intenso processo de urbanização em certos pontos da cidade, esses movimentos colocam em questão os interesses dos agentes capitalistas, instigando a participação da sociedade, que segundo Santos (1999) se apresentam como as 'contrafinalidades' em relação aos atores hegemônicos.

⁴ O movimento começou com a denúncia no *blog* do jornalista Yuno Silva, que entrou no ar no dia 17/09/2006, com o intuito de protestar contra as construções dos espigões no entorno do Morro do Careca. Quatro dias depois, o assunto já ganhava as primeiras páginas de todos os principais jornais do Estado (TRIBINADONORTE, 4/12/2006).

Mesmo que ainda não consigam envolver parcela significativa da população, já apresentam resultados positivos na defesa dos interesses desta e em outras conquistas.

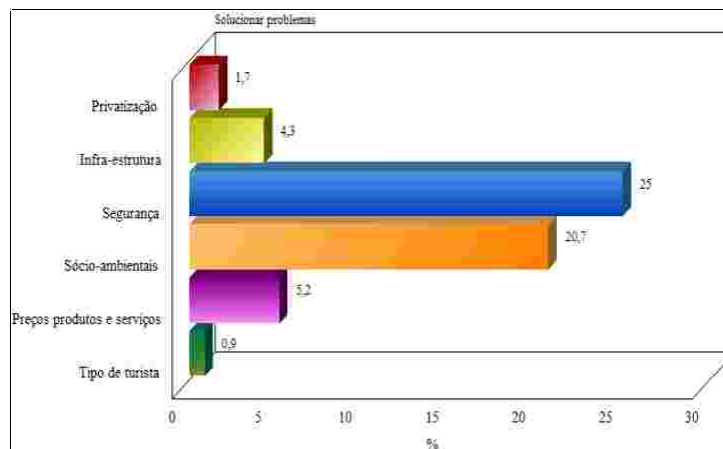
O residente se insere, portanto, como agente produtor dos espaços turísticos, de forma ativa, não só pela sua participação na arrecadação dos impostos, que são revertidos em subsídios para a manutenção desses espaços, como também pela sua participação em movimentos sociais, reivindicando o seu direito à cidade, ao lazer e a melhoria da qualidade de vida, que deve ser observado no processo do planejamento turístico.

Embora os resultados da pesquisa revelem um índice significativo de pessoas que não se manifestam diante dos problemas socioambientais evidenciados nas praias, existem iniciativas por parte de alguns residentes, conforme mencionado acima, que podem vir a se fortalecer no combate aos efeitos negativos do turismo, em algumas áreas.

Com base no que deveria ser feito pelo poder público, para que o residente volte a frequentar as praias de Natal, os entrevistados abordaram vários pontos que, segundo eles, deveriam ser melhor trabalhados pela administração pública, conforme podemos visualizar no Gráfico 1.

O gráfico abaixo revela as principais medidas, segundo os residentes, do que deve ser feito nas praias da cidade de Natal, para que eles voltem a frequentá-las periodicamente: Maior Segurança (25%), Diminuição dos Problemas Sócioambientais (20,7%), Diminuição nos Preços dos Produtos e Serviços (5,2%), Melhoria da Infra-estrutura (4,3%), Combate à Privatização de Áreas Públicas (1,7%), Combate ao Comportamento Abusivo de Alguns Turistas (0,9%).

Gráfico 1 - Principais Medidas para o Retorno dos Residentes às Praias da Cidade, segundo os Entrevistados.



Fonte: pesquisa de campo, 2007.

A análise dos resultados revela que uma parcela significativa dos residentes está ciente dos aspectos positivos e negativos do turismo, tanto sociais quanto ambientais, bem como do que deve ser realizado pelo poder público para que eles possam voltar a desempenhar suas práticas de lazer com mais frequência nas praias.

Considerações finais

A racionalidade da produção do espaço turístico é dada pelos agentes hegemônicos que qualificam uma destinação para o consumo, enquanto a lógica de produção do espaço para o residente é outra, pois o espaço é para ser vivido. Os interesses, portanto, são distintos.

Nesse contexto, surge a indagação de como conciliar essas duas lógicas distintas e como o poder público medeia essa relação. Também nasce o questionamento sobre como garantir o funcionamento da atividade turística, sem esquecer a necessidade de garantir o bem comum, que o espaço é de uso comum, especialmente, a área de lazer, que é um direito do cidadão.

Ao longo do processo de produção dos espaços turísticos em Natal, transformações foram evidenciadas nos espaços de lazer do residente, com a inserção de equipamentos e serviços turísticos para o consumo dos turistas, além das transformações de ordem socioespacial nesses espaços.

Paralelamente aos investimentos do poder público e às intervenções dos empresários do setor, a atividade turística revela suas contradições e paradoxos, no sentido de que, quanto mais os espaços recebem investimentos e se especializam na atração de turistas estrangeiros e na oferta de serviços a estes, os problemas de ordem socioambiental intensificam-se.

Exemplos locais não são considerados pelo poder público como um quadro de referência para o planejamento turístico. Os problemas de ordem socioambiental, que outrora contribuíram para o afastamento de uma parcela significativa da sociedade das praias do Centro, atualmente se tornaram uma constante nos espaços turísticos que emergem com intensa atividade turística, como é o caso da praia de Ponta Negra.

Dada a sua magnitude esses problemas resistem às várias investidas do poder público no seu combate. Diante desse quadro de problemas, em que os espaços produzidos numa lógica em que o visitante se torna o agente prioritário dessa produção, esses espaços têm sido alvos constantes da prostituição, da violência, da criminalidade, da poluição, etc.

Os resultados convergem para uma realidade preocupante. Das pessoas que compuseram o universo de análise, um número significativo vem deixando de frequentar as praias urbanas da cidade, na medida que estas vão se turistificando.

Em contrapartida, as praias localizadas em outros municípios têm sido alvos preferenciais de uma parte dos residentes, que passaram a transferir suas práticas de lazer para essas localidades, devido à intensificação dos problemas que emergiram associados ao turismo nas praias da cidade.

A pesquisa constatou que os residentes que estão saindo das praias de Natal não são apenas aqueles pertencentes às classes socioeconômicas mais favorecidas, mas, em sua maioria, aos das classes mais populares, o que se constitui um dado importante, pois as praias urbanas estão aos poucos deixando ou perdendo o encanto para os seus residentes de modo geral ou se tornando impróprias para seu consumo, devido aos altos preços praticados pelos serviços prestados.

Um fato significativo foi constatado na pesquisa, o residente também tem sua responsabilidade diante da intensificação dos problemas socioambientais, mesmo quando são omissos diante do que vem ocorrendo nos espaços turísticos.

A população local, porém, ao resgatar a sua cidadania, fazendo prevalecer seus direitos na busca de sua participação na gestão do espaço turístico, poderá contribuir, inclusive, para a sustentabilidade da destinação turística. Dessa forma, um modelo de gestão

turística deve direcionar ações que contemplem a necessidade de se produzir um espaço turístico que integre o residente, de modo que este não perca sua identidade com o lugar, como o que está se evidenciando com esse modelo de turistificação.

Referências

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1984.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: UECE, 2005.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza **Política de Turismo e Território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **Geografias do turismo: de lugares a pseudolugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes; COSTA, Ademir Araújo. **A Racionalidade da Urbanização Turística em Áreas Deprimidas: O espaço produzido para o visitante**. MERCATOR, Revista de geografia da UFC; Fortaleza, n. 6, 2004. p. 25-32.
- KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A construção da cidade do prazer**: Natal. Natal/RN, EDUFRN, 2000.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). **Anuário de Natal**. Natal, 2005. Disponível em: <http://www.natal.rn.gov.br/semurb>. Acesso em 10/12/2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SILVA, Maria Florésia Pessoa de Souza. **A produção habitacional contemporânea e a auto-exclusão dos ricos no espaço urbano de Natal – RN (1995 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal (RN), 2004. Disponível em: <<http://www.ppgau.ufrn.br/Dissertacoes/2004/2004>>. Acesso em: 28/02/2007.
- VERA, J.F. et al. **Analisis territorial del turismo**. Barcelona: Ariel, 1997